

A RETÓRICA ESCRAVISTA: AS EMOÇÕES NO DISCURSO DAS CARTAS DE ALENCAR A FAVOR DA ESCRAVIDÃO

Mírian Lúcia Brandão Mendesⁱ

Resumo: O presente artigo apresenta algumas reflexões acerca da retórica escravista, em específico, as cartas enviadas por José de Alencar ao Imperador D. Pedro II, sob o título de Cartas de Erasmo de Roterdã, nas quais o escritor defende a manutenção da escravidão no Brasil. As referidas cartas foram publicadas pela editora Hedra, em livro organizado pelo jornalista Tamis Parron, no ano de 2008. Para analisar os procedimentos e estratégias retóricas utilizados na construção discursiva das cartas, serão consideradas as emoções no processo argumentativo, como colocadas por Barthes (2001), além dos conceitos sobre *ethos* e *pathos* propostos por Dominique Maingueneau (2008).

Palavras-chave: Cartas. Discurso. Escravidão. Retórica.

Abstract: This paper presents some reflections on slavery rhetoric, particularly, the letters sent by José de Alencar to Emperor Dom Pedro II, under the title of Letters of Erasmus of Rotterdam, in which the writer argues for the slavery maintenance in Brazil. These letters were published by Hedra in a book edited by the journalist Tamis Parron, in 2008. To analyse the procedures and rhetorical strategies used in the discursive construction of the letters, the emotions of the argumentative process will be considered, as suggested by Barthes (2001), besides the concepts of *ethos* and *pathos* proposed by Dominique Maingueneau (2008).

Keywords: Letters. Discourse. Slavery. Rhetoric.

ⁱ Doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mirian.lucia.brandao@terra.com.br.

Introdução

O livro *Cartas a favor da escravidão* consiste na reedição das Novas cartas políticas escritas por José de Alencar, em 1867. Nele, são apresentadas sete cartas que têm como objetivo principal justificar a necessidade de o Brasil manter o regime escravocrata. Na terceira e na quarta carta, especificamente, Alencar vale-se das técnicas da retórica clássica relacionando as conquistas de Roma Antiga à moderna ideologia imperialista. Nessa perspectiva, este artigo propõe uma reflexão sobre como se dá a construção argumentativa nas cartas de Alencar e quais procedimentos e estratégias foram utilizadas no processo de construção.

Mas, antes de falar sobre as cartas de Alencar, é importante dizer que, na década de 1840, havia dois grupos engajados na política da escravidão. De acordo com Mattos (2004), o primeiro grupo era denominado de Saquarema, que era um partido conservador composto por grandes proprietários rurais, ricos comerciantes, funcionários do governo e alguns escritores, entre eles, José de Alencar. Já o segundo, A oposição, consistia em uma facção partidária nova denominada Liga Progressista, composta por liberais moderados e conservadores dissidentes. Esse segundo grupo recebia o apoio explícito de D. Pedro II, numa tentativa de contrabalançar o poder do primeiro.

As *Cartas a favor da escravidão* foram escritas em um momento desfavorável para o Partido Conservador, quando o Imperador e os políticos da Liga Progressista já começavam a planejar a emancipação gradual dos escravos. Nessa época, o Brasil era o único país que ainda conservava a escravidão. Assim, a questão da emancipação desagradou aos conservadores e motivou Alencar a escrever ao Imperador com o pseudônimo de Erasmo. Porém, as cartas escritas para D. Pedro II de nada se parecem com a literatura romântica e indianista que consagrou José de Alencar. Pelo contrário, as cartas de Erasmo deixam à mostra uma faceta, uma imagem ainda desconhecida do romancista, por isso a necessidade de falarmos sobre o *ethos* construído nesse discurso.

1 A imagem discursiva do enunciatador das cartas a favor da escravidão

Toda fala, mesmo no texto escrito, é sustentada por uma voz que procede de um enunciatador encarnado. E é por meio da enunciação que é revelada a personalidade desse enunciatador.

Para Dominique Maingueneau (2008, p. 220), a noção de *ethos* é retomada dos manuscritos de retórica e “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”. Essa noção está relacionada ao caráter do orador, que, se for íntegro, honesto e responsável, conquista mais facilmente o público. Entretanto, o autor adverte que o *ethos* diz respeito às virtudes morais do orador que ele produz em seu discurso, e não de sua pessoa real.

Maingueneau (2008), ao estudar as peculiaridades na estruturação da imagem de credibilidade do orador de um texto escrito, denominou ser o tom a vocalidade específica que emana de um texto ou aquilo que dá autoridade ao que é dito. Segundo o professor francês, esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do orador e não do corpo do autor efetivo. Desse modo, cria-se na leitura uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.

Além do tom, existem duas outras modalidades do *ethos* escritural: o *ethos* prévio e o discursivo. O primeiro diz respeito à imagem que o orador tem no seu espaço social, ou seja, do conhecimento prévio de outras enunciações daquele orador e das representações que circulam sobre a sua pessoa antes de qualquer interação verbal. Já o *ethos* discursivo refere-se à imagem que o orador constrói de si mesmo no decorrer do evento enunciativo.

A noção de *ethos* corresponde à imagem do orador em uma perspectiva mais abrangente, isto é, não só propriamente a vocal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas ao orador: o modo como ele se veste, como fala, como se movimenta no espaço social, como lida com as adversidades, como demonstra saberes técnicos e humanos. Este conjunto de saberes se apresenta por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser do orador.

Para dar uma imagem positiva de si mesmo, o orador pode se valer de três qualidades já expostas por Aristóteles no início do segundo livro da *Retórica* (1998): a *phronesis* (prudência), a *aretè* (virtude) e a *eunoia* (benevolência). Essas são as três qualidades que estão diretamente relacionadas ao *logos* e ao *pathos*, uma vez que o orador poderá usá-las de acordo com o tipo de auditório que deseja persuadir.

Apesar do tom didático, o que emana do discurso de Alencar nas cartas de Erasmo nos permite pensar em um enunciador categórico ao pretender

explicar as vantagens do sistema servil. A falsa modéstia encenada pelo autor para convencer D. Pedro II deve-se às desavenças que havia entre os dois. Além disso, Alencar achava-se superior intelectualmente ao Imperador, por isso resistia em aceitar as decisões políticas tomadas pelo regime imperial. Nem mesmo o pseudônimo de Erasmo foi escolhido por acaso. Certamente, Alencar viu nos escritos de Erasmo a materialização do que intencionava fazer, uma vez que o célebre renascentista também prescrevia normas morais aos governantes de sua época para a realização de uma administração justa.

Para valorizar um projeto de civilização que é vinculado à dominação humana, Alencar lança mão de estratégias retóricas que visam ao fazer-crer no trabalho escravo como instrumento necessário para garantir o progresso ou o desenvolvimento da nação. Cabe acrescentar também a pretensão retórica da emotividade no processo argumentativo das cartas, uma vez que o autor constrói um discurso moral sobre a política do Império.

2 As emoções na análise argumentativa: um breve olhar teórico

De acordo com Plantin (2008), a argumentação está vinculada à lógica (a arte de pensar corretamente), à retórica (arte de bem falar) e à dialética (a arte de bem dialogar). Assim, a abordagem retórica da argumentação seria aquela centrada no processo persuasivo. Nesse processo, o enunciador apela à audiência em três elementos dóricos: *logos*, *ethos* e *pathos*. Os discursos permeados de afetividade são conduzidos pelos dois últimos elementos citados.

Para falar de *logos* e *pathos*, recorremos a Reboul (1998). Segundo ele, o *logos* “diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso. É o aspecto dialético da retórica, que Aristóteles retoma inteiramente nos Tópicos” (REBOUL, 1998, p. 49). Reboul entende a dialética como um jogo que, “como todos os jogos, não tem outro fim além de si mesma: joga-se por jogar; discute-se pelo prazer de discutir” (REBOUL, 1998, p. 29). Para ele, a moralidade da dialética consiste em não trapacear, em utilizar métodos honestos de debater e persuadir, respeitando as regras internas, sem as quais o jogo não seria mais jogo. Então, podemos dizer que o enunciador (*ethos*) se apresenta ao auditório com sua autoridade e simpatia (*pathos*) e em seguida expõe os argumentos (*logos*) visando à adesão da tese defendida.

Quanto ao *pathos*, Reboul (1998, p. 48) o define como “o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso”. Em suma, o *pathos* representa o jogo com as paixões e emoções dos ouvintes.

A construção do discurso argumentativo exige atenção às cinco dimensões que Barthes (2001) chama de operações mães da *technè rhetorikè*: a *Inventio*, a *Dispositio*, a *Elocutio*, a *Actio* e a *Memoria*. Neste artigo, a ênfase recai na reconvocação das três primeiras operações, uma vez que as duas últimas, *Actio* e *Memória*, foram sacrificadas com a substituição dos discursos declamados pelos escritos.

Barthes (2001, p. 51) diz que “a *inventio* é menos uma invenção do que uma descoberta dos argumentos. Tudo já existe, basta reencontrá-lo: é uma noção mais extrativa do que criativa”. Nas palavras de Barthes (2001, p. 51),

Essa ideia da *inventio* implica dois sentimentos: por um lado, uma confiança muito segura no poder de um método, de uma via: se lançar a rede das formas argumentativas sobre o material com boa técnica, está-se seguro de apanhar o conteúdo de excelente discurso; por outro, a convicção de que o espontâneo, o ametódico não apanham nada: ao poder da palavra final corresponde um nada de palavra original; o homem não pode falar sem ter parido por sua palavra, e para esse parto há uma *technè* particular, a *inventio*.

Antes de empreender um discurso, é preciso perguntar-se sobre o que ele deve versar e o gênero que convém ao assunto. A invenção é, então, a procura dos argumentos que irão convencer ou comover o auditório.

A *dispositio* versa sobre o plano do discurso, da construção. Parte-se do princípio que todo discurso tem uma ordem definida que consiste, basicamente, nas etapas: o *exórdio* (a inauguração regulada do discurso), a *narratio* (a narrativa dos fatos empenhados na causa), o *confirmatio* (exposição dos argumentos) e o *epílogo* (conclusão). Barthes (2001, p. 82) diz que:

Em sua forma canônica, a oposição *início/fim* comporta um desnivelamento: no *exórdio*, o orador deve engajar-se com prudência, reserva, moderação; no *epílogo*, não precisa mais se conter, engaja-se a fundo, põe em cena todos os recursos do grande jogo patético.

A terceira *technè rhetorikè*, a *elocutio*, tem a função de transformar os argumentos em palavras. Barthes (2001) ressalta que “a *elocutio* define um campo que abrange toda a linguagem: inclui ao mesmo tempo a nossa

gramática” (BARTHES, 2001, P. 89). Assim, a melhor tradução de *Elocutio* não seria a de elocução, mas enunciação ou locução. As classificações internas da *elocutio* foram numerosas e os ornamentos foram definidos em grupos binários: tropos/figuras, tropos gramaticais/tropos retóricos, figuras de gramática/figuras de retórica, figuras de palavras/figuras de pensamento, tropos/figuras de dicção. No entanto, essas classificações podem variar de um autor para o outro, como adverte Barthes (2001).

Dentro desse quadro teórico, a emoção se insere na *inventio*, nas provas subjetivas ou morais que dependem do *comover*. Para isso, é preciso encontrar tipos de discursos adaptados a tipos de almas. As paixões, tal como foram estudadas por Barthes (2001), estão ligadas aos *pathè*, os sentimentos. Os *pathè* são os afetos de quem ouve, e não os do orador.

Retomando as Cartas a favor da escravidão, pode-se dizer que o discurso dessa obra foi motivado pelas constantes desavenças entre o romancista Alencar e o Imperador. Assim, os *pathè* nas cartas de Alencar podem ser analisados nesse *habitus*, que é a disposição geral que favorece cada paixão.

3 As emoções no discurso das cartas de Alencar: uma análise do processo argumentativo

As novas cartas políticas de Erasmo, pseudônimo adotado em alusão ao grande humanista Erasmo de Roterdã, consistem em sete missivas dirigidas a D. Pedro II, entre junho de 1867 e março de 1868. Alencar as escreveu quando ainda era Ministro da Justiça do Gabinete Conservador do Visconde de Itaboraí. No livro José de Alencar: literato e político, Menezes (1965) explica que, além das desavenças políticas, o apoio do Imperador à publicação do livro Confederação dos Tamoios, de Domingos Gonçalves de Magalhães, também desagradou ao romancista que tratou de publicar diversos artigos criticando a obra. Foi nesse contexto que Alencar escreveu a primeira carta, que tinha como objetivo fornecer o quadro conceitual adequado para a análise da escravidão e convencer o Imperador de que a Guerra do Paraguai era algo desnecessário:

Será real que vossos lábios, selados sempre pela reserva e prudência, se abriram para soltar a palavra fatal? É possível que a súbita alucinação desvaire a tal ponto um espírito sólido e reto?

Não creio, não posso, não devo crer. Recebendo a nova incrível, a população ficou atônita. Voz nenhuma elevou-se até o trono para exprimir-lhe o justo e profundo ressentimento do povo brasileiro: o espanto lhe embarga a fala. Porém, que magnitude de eloquência nessa privação da palavra! (ALENCAR, 2008, p. 40)

Segundo Barthes (2001), para que o processo de comover seja bem sucedido, é preciso adaptar os discursos aos diferentes tipos de almas. Esse movimento, denominado por Aristóteles (1998) como retórica psicológica, pode ser observado em todas as cartas de Alencar. Logo na primeira, o romancista faz provocações explícitas que podem suscitar no Imperador sentimentos (*pathè*) cristalizados. As palavras de Alencar censuram D. Pedro II por confundir sua honra pessoal com a honra nacional, uma vez que ele se negava a suspender a guerra justificando que se tratava de uma paz que nossa honra não permite:

Vossa honra é a da nação como ela a sentir; vossa dignidade a do império brasileiro. Quando o povo entenda que chegou o momento de acabar a guerra e exprima seu voto pelos meios constitucionais, haveis de pensar do mesmo modo, senão como homem, infalivelmente como soberano (ALENCAR, 2008, p. 45).

Percebemos, então, que a *technè* de Alencar foi a de extrair argumentos que conduzem a um discurso moral, o que nos remete à primeira das operações retóricas, a *inventio*.

A segunda, a terceira e a quarta carta tratam efetivamente da escravidão. É importante ressaltar que essas cartas foram escritas em um momento em que a pressão abolicionista internacional aumentara. Em 1866, o Imperador recebeu da Junta Francesa de Emancipação um apelo em prol da libertação dos escravos. Mas, para Karnal (2007), mais importante do que a carta abolicionista dos franceses foi o impacto da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, que pôs um fim à escravidão no sul daquele país. Naquele momento histórico, o Brasil e as colônias espanholas, Porto Rico e Cuba, eram as únicas nações a manter o regime de escravidão. Os pasquins que circulavam na época agitavam ainda mais a questão, levando ao conhecimento da população que todas as nações civilizadas já tinham condenado a prática escravista.

A questão passou a ser discutida também no parlamento, o que obrigou o Imperador a propor, na Fala do Trono, a possibilidade de considerar a emancipação dos escravos. Ao mesmo tempo, ele deixava claro que não era

sua intenção causar um abalo na agricultura e um problema para os proprietários. Porém, a maioria dos Conselheiros, principalmente os conservadores identificados com os interesses da lavoura, não aprovou a proposta. Alencar foi um dos parlamentaristas conservadores que respondeu negativamente à emancipação, sugerindo ao Imperador que não cedesse à pressão internacional.

São muitos os cortejos que já fez a coroa imperial à opinião européia e americana. Reclama sério estudo cada um destes atos, verdadeiros golpes e bem profundos na integridade da nação brasileira. Um, porém, sobre todos me provoca neste momento, pelo seu grande alcance no futuro do país, como pelo grave abalo que produziu na sociedade (ALENCAR, 2008, p. 59).

Pelo viés da Retórica, essas palavras indicam a intenção do orador de construir um *ethos* de caráter repreensivo, mas ao mesmo tempo de conselheiro que adverte com certo rigor. Pode-se dizer que essa é basicamente a *dispositio* (composição) do discurso de todas as cartas, uma vez que Alencar considerava-se intelectualmente mais capaz do que o Imperador. Diante disso, temos a expressividade emocional precedendo o *logos* no processo de interação, o que pode causar uma modificação nos afetos do destinatário.

Em tom contundente e pedagógico, Alencar insiste em levantar argumentos a favor da escravidão no Brasil.

A escravidão é um fato social, como são ainda o despotismo e a aristocracia; como já foram a coempção da mulher, a propriedade dos pais sobre os filhos e tantas outras instituições antigas. Se o direito, que é a substância do homem e a verdadeira criatura racional, saísse perfeito e acabado das mãos de Deus, como saiu o ente animal, não houvera progresso, e o mundo moral incompreensível absurdo (ALENCAR, 2008, p. 62).

Para ele, a escravidão é uma necessidade social, faz parte das instituições dos povos e não pode ser revogada abruptamente. Na visão do autor, a escravidão espontaneamente desapareceria como desapareceu o feudalismo. Assim como ela não tinha sido instituída por lei, não poderia também ser abolida por lei.

A *narratio* dos argumentos em favor da manutenção da escravidão aparenta sólida base econômica e histórica. O escritor concebe a escravidão “como uma forma rude, embora do direito; uma fase do progresso; um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancipio, a gleba” (ALENCAR, 2008, p.65). Segundo Alencar, “se a escravidão não fosse

inventada, a marcha da humanidade seria impossível, a menos que a necessidade suprisse esse vínculo por outro igualmente poderoso” (ALENCAR, 2008 p. 66). Desse modo, a escravidão é concebida como o impulso do homem para a vida coletiva, o embrião da sociedade, da família, no direito civil, e do estado, no direito público.

Na terceira carta, a *elocutio* evolui para a explicação dos resultados benéficos do tráfico e da gradual e natural extinção da escravatura devido à miscigenação sociocultural, denominada pelo autor como amálgama, no sentido figurado.

Eis um dos resultados benéficos do tráfico. Cumpre não esquecer, quando se trata dessa questão importante, que a raça branca, embora reduzisse o africano à condição de uma mercadoria, nobilitou-o não só pelo contato, como pela transfusão do homem civilizado. A futura civilização da África está aí, nesse fato em embrião. Cada movimento coesivo das forças contrárias é um passo mais para o nivelamento das castas e um impulso em bem da emancipação. Chegado o termo fatal, produzido o amálgama, a escravidão cai decrépita e exame de si mesma, sem arranco nem convulsão, como o ancião consumido pela longevidade que se despede da existência adormecendo (ALENCAR, 2008, p. 78).

Nessas palavras, percebe-se também o sentimento de superioridade que o autor atribui à raça branca. Segundo ele, o homem branco é um ser civilizado, filho de uma raça superior; já o negro é um bárbaro que deve passar pela escola do trabalho e do sofrimento para ter consciência de sua personalidade. Pode-se dizer que essa forma de conceber a escravidão era a *doxa* do Partido Conservadorista e de muitas famílias da época. Trata-se de um discurso movido pela *paixão* da manutenção do poder e de um falso patriotismo, como mostrado na quarta carta:

Confesso-vos que essas profundezas do futuro me causam vertigens. A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela se opera nos costumes e na índole da sociedade. Esta produz efeitos salutares: adoça o cativo; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orfandade. O domínio do senhor se reduz então a uma tutela benéfica (ALENCAR 2008, p. 113).

A ação visada nesses enunciados é a de fazer crer que, se a abolição ocorresse de forma gradual, por vontade dos donos, o cativo permaneceria em companhia do senhor. Por outro lado, se a liberdade fosse o resultado do cumprimento de uma lei, as emoções não seriam despertadas no liberto e ele se tornaria inimigo nato do antigo dono. Esses argumentos conservadores

representavam não só o pensamento de Alencar, mas também o das camadas senhoriais que tomavam a emancipação como uma ameaça.

Como já exposto, a segunda, a terceira e quarta carta mencionadas neste trabalho tratam da análise e da defesa da manutenção da escravidão. Toda a caminhada argumentativa de Alencar, a *inventio*, parte de duas grandes vias: convencer através da tentativa de provas e comover pelas provas subjetivas e morais. Como meio de crédito, o autor evoca as conquistas das grandes potências como Roma Antiga, por exemplo, que se tornou um grande império valendo-se do sistema escravocrata. Já na esfera das provas que dependem do comover, Alencar constrói um *ethos* emocionado, demonstrando um falso patriotismo.

Nas três últimas cartas, o recurso ao *pathos* no processo argumentativo pode ser percebido nas estratégias insinuações que o autor lança ao Imperador questionando-o sobre os seus métodos de administração do Tesouro brasileiro, além de reforçar a sua desaprovação da manutenção da Guerra do Paraguai. Alencar se valeu dos estragos da guerra, que ainda prosseguiu por cinco anos, para fazer brotar as emoções em D. Pedro II. Para ele, a guerra era um capricho do governante que não mais encontraria aliados no Brasil para mantê-la.

Indentado:
Não há mais quem sacrifique uma só gota de sangue para defender a dignidade de um país, que seu próprio governo é o primeiro a aviltar e prostituir. Não há mais um filho que se estremeça ao grito da pátria ofendida; porque a pátria já não existe. Puseram no lugar dela um mercado de condecorações, um prostíbulo da glória nacional (ALENCAR, 2008, p. 135).

Já a *technè* argumentativa dos enunciados das três últimas cartas são da ordem do religioso e da ironia.

Indentado:
Tântalo-rei, encadeado a esse tártaro da política, desejarei uma nação e encontrarei apenas... *natio comeda est*, disse Juvenal. Adeus, senhor. Eu me retiro deixando a vez á sátira, que é a eloqüência do presente. Só tomam ao sério as coisas e os homens desta época os charlatães que se apascentam nela. O cidadão cordato ou chora ou gargalha. O tempo não é para Erasmo; mas para Jeremias ou Rebelais; para o trenó ou para o sarcasmo (ALENCAR, 2008, p. 152-153).

A ironia, além da referência ao rei mítico Tântalo e à personagem bíblica Jeremias, cumpre no trecho acima seu papel argumentativo, ao encaminhar o raciocínio para a conclusão de que não há mais esperanças, pois a decadência do Império se aproxima. Assim, Alencar põe fim à missão de porta-voz dos

conservadoristas, deixando inscrito no seu discurso os indícios de um *ethos* pautado na franqueza (*aretè*) de um orador que não teme as consequências diante das severas asserções que faz.

Considerações finais

Para sustentar a necessidade civilizatória da escravidão, Alencar extrai argumentos que podem ser analisados à luz das três operações mais importantes da *technè rhetorikè* propostas por Barthes (2001), a saber: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*. Segundo Barthes (2001), a máquina retórica é que permite a construção de um discurso estruturado, armado para a persuasão.

A construção retórica das cartas de Alencar, progressivamente, converge para a defesa de um discurso conservador e para a valorização de um projeto de civilização que está vinculado à dominação humana e à ambição econômica. Na *dispositio*, ou composição dos enunciados, o autor deixa à margem sentimentos antagônicos como cólera/calma, ódio/amizade, temor/confiança, ingratitude/reconhecimento.

O recurso das metáforas também é exaustivamente explorado nas cartas ao Imperador. Essas figuras de linguagem, para Barthes (2001, p. 95), “são palavras transportadas, desviadas, afastadas para longe do seu hábitat normal, familiar”. Segundo ele, as figuras são a linguagem da paixão e esta última, por sua vez, deforma o ponto de vista sobre as coisas e obriga o uso de palavras particulares.

Desse modo, no âmbito de uma análise discursiva, pode-se dizer que o autor das Cartas a favor da escravidão constrói a sua argumentação buscando unir os efeitos patêmicos aos efeitos objetivos dentro de um discurso que é porta voz de ideias conservadoras.

Referências

ALENCAR, José de. **Cartas a favor da escravidão**. (Org.: T. Parron). São Paulo: Hedra, 2008.

_____. **Ao Imperador**: Novas cartas políticas de Erasmo. Rio de Janeiro: Typ. De Pinheiro & Comp., 1867.

MENDES, Mírian Lúcia Brandão. A retórica escravista: as emoções no discurso das cartas de Alencar a favor da escravidão. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 183-194, dez.2014.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Introdução de Manuel Alexandre JÚNIOR. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre JÚNIOR, Paulo Farmhouse ALBERTO e Abel do Nascimento PENA. Lisboa: INCM, 1998.

BARTHES, Roland. A antiga retórica. In: _____. **A aventura semiológica**. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. São Paulo: Pontes, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MENEZES, Raimundo de. **José de Alencar: literato e político**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

PLATIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.